

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 8500

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia*

*O preço dos anúncios é de 85 a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, terá o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não tenham acompanhado da importância precisa para garantir o seu custo.*

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	130\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas paginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.*

*Os que forem depois da data fixada terão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos da verão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco*

## SUMÁRIO

### GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

**Despacho:**

Mandando ficar sob tutela do governo todos os prédios urbanos pertencentes ao Engenheiro Fernando Pinto de Almeida Henriques.

**Despacho:**

Determinando que fiquem sob tutela do governo todos os bens móveis, semoventes e imóveis, sítos no território nacional, de que seja titular o comodoro Daniel Duarte Silva.

**Despacho:**

Delegando no Director Nacional da Administração Interna, a competência para conferir posse aos membros do Conselho Deliberativo do Tarrafal.

**Despacho:**

Nomeando os componentes da comissão encarregada de elaborar o regulamento do imposto do desenvolvimento local.

**Rectificação:**

Ao despacho de 29 de Novembro de 1975, inserto no Boletim Oficial n.º 22/75.

### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS:

**Despacho:**

Adoptando medidas práticas em todas as actividades desenvolvidas no Ministério das Obras Públicas, com o objectivo de liquidar hábitos herdados da era colonial.

### Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Administração da Imprensa Nacional.

### Ministério da Defesa e Segurança Nacional:

Polícia de Ordem Pública.

### Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

Repartição de Gabinete.

Direcção Nacional de Educação.

### Ministério de Transportes e Comunicações:

Transportes Aéreos de Cabo Verde.

### Ministério das Finanças:

Direcção Nacional de Finanças.

### Ministério de Saúde e Assuntos Sociais:

Repartição de Gabinete.

Direcção Nacional de Saúde.

Contas e balancetes diversos.

Anúncios judiciais e outros.

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Despacho

Enquanto não forem tomadas medidas definitivas,

Determino:

1. Ficam sob tutela do Governo todos os prédios urbanos pertencentes ao engenheiro Fernando Pinto de Almeida Henriques e, em especial os seguintes:

- a) Prédios urbanos sítos na Praia e inscritos na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora da Graça sob os números 19 (dezanove), 203 (duzentos e três), 248 (duzentos e quarenta e oito), 267 (duzentos e sessenta e sete), 1399 (mil trezentos e noventa e nove) e 1400 (mil e quatrocentos).

b) Prédios urbanos sitos no Concelho de Santa Cruz e inscritos na matriz predial da Freguesia de S. Lourenço dos Órgãos sob o número 103 (cento e três).

2. A conservação e administração dos prédios referidos no número anterior passam, desde já, para o corpo administrativo do Concelho onde se situam, o qual deverá proceder à sua prévia relação e considerar-se seu fiel depositário.

3. As relações de bens deverão ser enviadas, em duplicado, no mais curto prazo, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, através da Direcção Nacional da Administração Interna.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 9 de Março de 1976.  
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*.

#### Despacho

Enquanto não forem tomadas medidas definitivas,

Determino:

1. Ficam sob tutela do Governo todos os bens móveis, semoventes e imóveis, sitos no território Nacional, de que seja titular o Comodoro Daniel Duarte Silva.

2. A conservação e administração dos bens referidos no número anterior passarão desde já para o corpo administrativo do Concelho onde se situam, o qual deverá proceder à sua prévia relação e considerar-se seu fiel depositário.

3. As relações de bens deverão ser enviadas no mais curto prazo e em duplicado, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, através da Direcção Nacional da Administração Interna.

Gabinete do Primeiro Ministro, 9 de Março de 1976.  
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

#### Despacho

Nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, delegeo no Camarada Carlos Alberto W. Veiga, Director Nacional de Administração Interna a competência para conferir posse aos membros do Conselho Deliberativo do Tarrafal.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 9 de Março de 1976.  
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*.

#### Despacho

Para o efeito do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 20/76, nomeio os Camaradas abaixo indicados, para integrarem a Comissão encarregada de elaborar, no prazo máximo de 30 dias, o regulamento do imposto do desenvolvimento local:

— Carlos W. Veiga, Director Nacional de Administração Interna;

— Celso Ramos Celestino, Director-Geral do Orçamento;

— Arnaldo Cralos Vasconcelos França, Director Geral das Alfândegas.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 11 de Março de 1976.  
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*.

#### RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacto o Despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 22, de 29 de Novembro de 1975, nomeando os camaradas que integram o Grupo de Acção Sindical, novamente se publica.

#### Despacho

Pelo Decreto-Lei n.º 41/75, de 3 de Novembro, foi reconhecido como única organização pró-sindical de Cabo Verde, o Grupo de Acção Sindical, que fica constituída em Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdeanos.

Tornando-se necessário que o Grupo de Acção Sindical integre os camaradas que sempre estiveram presentes na tarefa de mobilização e consciencialização sindical de largos sectores de trabalhadores;

Determino:

O Grupo de Acção Sindical passa a ser constituído pelos seguintes camaradas:

Oswaldo Alcântara Medina Custódio.

Pedro Mendes Rodrigues.

Rui Atanásio Silva.

Luciano Moreira.

Fulgêncio Tavares.

António Pascoal Silva dos Santos.

Carlos Alberto Barbosa.

Guilherme Santos Ferreira.

Amílcar Sousa Lima.

António Sérgio Português.

Francisco Chagas Spencer.

Feliciano José Neves.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 11 de Novembro de 1975. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

#### o

### MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS

#### Despacho

Há já algum tempo que temos vindo a insistir na necessidade de introduzir progressivamente medidas práticas em todas as actividades desenvolvidas no Ministério das Obras Públicas de modo a possibilitar a liquidação de práticas que hoje são incompatíveis com os verdadeiros interesses do nosso povo tornado livre e soberano.

Porém sabemos que as medidas a adoptar por nós terão de ser de longo alcance pois os hábitos herdados da era colonial deixaram raízes tão profundas no nosso ambiente de trabalho que hoje é preciso realizar um esforço enorme para os liquidar definitivamente.

Por todo o lado onde se estendem as nossas actividades notamos hábitos que o colonialismo criou para servir os seus interesses e constituem para nós a negação da nossa própria dignidade e progresso.

Vemos os trabalhadores de construção nas várias ilhas trabalhando apenas dentro dos limites estreitos da sua própria experiência, isolados e muitas vezes com o sentido único de apenas estarem a trabalhar para garantir a sua subsistência e perdendo-se na perspectiva do progresso que eles próprios promovem.

Temos insistido na necessidade de criar os meios necessários para levar esses trabalhadores a afirmarem o seu valor na sociedade em que vivem através do seu traba-

lho, da sua experiência e a sua dedicação ao trabalho, dando-lhes a possibilidade de verem a projecção de todo o seu esforço incidir no plano de desenvolvimento económico nacional.

Nessa óptica necessitamos também situar os nossos operadores de máquinas e viaturas, dando-lhes a noção do valor de tais equipamentos e possibilitando-lhes todos os conhecimentos para que através deles possam realizar em cada dia que passa tarefas cada vez mais decisivas para o avanço do bem estar da nossa sociedade.

Muito se espera da actividade dos nossos técnicos que hoje têm a grande tarefa de sistematizar as experiências derivadas da prática das nossas actividades, realizar estudos cada vez mais apoiados no conhecimento de fenómenos que caracterizam a nossa realidade e pôr tudo isto ao alcance dos nossos trabalhadores para que nos vários domínios de actividade apliquem convenientemente a sua energia no trabalho.

Torna-se pois necessário encontrar a via mais acessível de comunicação entre os trabalhadores deste Ministério onde faremos circular os resultados das nossas actividades, os nossos sucessos e insucessos, as nossas experiências, esperando com isto que abriremos perspectivas novas para a afirmação da dignidade e do valor dos nossos trabalhadores postos em face das suas responsabilidades nacionais.

Desenvolver, pois, um sistema de informação consubstanciado na linguagem que os nossos trabalhadores melhor entendem, eis o objectivo que hoje procuramos alcançar e, assim;

1 — Considerando que até hoje não foi criado nenhum órgão informativo ao serviço da actividade deste Ministério;

2 — Considerando que um circuito informativo é indispensável para a liquidação progressiva de hábitos coloniais profundamente enraizados no nosso ambiente de trabalho;

3 — Considerando ser necessário registar e divulgar a experiência derivada do exercício das actividades deste Ministério e os resultados do conhecimento de fenómenos que caracterizam a nossa realidade;

4 — Considerando que um sistema de informação apoiando-se numa linguagem técnica acessível aos trabalhadores a todos os níveis é um meio precioso para possibilitar o engajamento dos mesmos no processo de construção nacional, determino que:

- a) Seja organizado o gabinete de estudos e informação do Ministério das Obras Públicas;
- b) Seja criado um boletim informativo do Ministério das Obras Públicas (BIMOP) semestral, para divulgar os resultados das actividades do Ministério e qualquer informação que contribua para elevar o nível de conhecimentos dos nossos trabalhadores dispersos pelas ilhas;
- c) Seja instituída a prática de ilustração fotográfica nos aspectos importantes da nossa actividade que exigem a compreensão de detalhes;
- d) Seja divulgada entre os trabalhadores, através de filmes, aspectos importantes das actividades diárias do Ministério ou outros de relevado interesse para a elevação do nível de conhecimentos dos trabalhadores;
- e) O Gabinete de Estudos e Informação dirija as actividades previstas nas alíneas b), c) e d).

Ministério das Obras Públicas, 11 de Março de 1976.  
— O Ministro, *Silvino de Oliveira Lima*.

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Repartição de Gabinete

Despacho do Camarada Director Nacional de Saúde e Assuntos Sociais, por delegação do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 12 de Janeiro de 1976:

Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira, esposa do chefe da Repartição de Gabinete do Primeiro-Ministro, Manuel Pereira Silva — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sua sessão de 8 de Janeiro do corrente ano:

«Deve ser evacuada para o estrangeiro a fim de ser seguida em centro especializado».

Gabinete do Primeiro Ministro, 13 de Março de 1976.  
— Pelo chefe de Gabinete, *Basilissa Rodrigues Pires*.

### Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 21 de Fevereiro de 1976:

Manuel Gomes Fernandes, auxiliar de enfermagem, colocado no Posto Sanitário de S. João Baptista, da Boa Vista — transferido, por conveniência de serviço, para o Hospital da Praia, onde presentemente presta serviço.

Despacho do Camarada Ministro de Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 27 de Fevereiro de 1976:

Maria de Fátima Rita Lopes, sub-directora escolar, interina, actualmente em serviço na ex-Repartição Escolar Distrital de Sotavento — transferida por conveniência de serviço para o Departamento do Ensino Primário da Direcção Nacional de Educação em S. Vicente.

Marcelino Alves, dactilógrafo assalariado, em serviço na Direcção Nacional de Educação na Praia — transferido por conveniência de serviço para a secretaria da Escola Preparatória do Fogo.

Despacho do Camarada Director Nacional, por delegação do camarada Primeiro Ministro:

De 5 de Março de 1976:

Margarida Pires Ferreira Morais Nobre, professora de posto escolar, contratada — concedida licença registada, pelo período de 6 meses, com efeitos a partir de 13 de Março em curso, inclusivé.

Despacho do Camarada Director, por delegação do Camarada Primeiro Ministro de 10 de Março, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 10 do corrente mês e ano:

Félix Tavares Gonçalves, zelador da ex-Câmara Municipal da Praia — desligado de serviço para efeitos de aposentação, por ter sido julgado incapaz de trabalhar por sofrer de doença incompatível com o exercício de cargo público, conforme parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sessão de 17 de Julho de 1975, confirmado por deliberação da ex-Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Praia, de 29 de Outubro do ano

transactó, com direito à **pensão provisória anual de 43 290\$,** correspondente a 39 anos 2 meses e 4 dias prestados à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde.

O encargo resultante deste despacho tem cabimento na tabela do orçamento do Conselho Deliberativo da Praia.

Por diplomas de provimento de 16 de Janeiro de 1976, visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 10 de Março do corrente ano:

Maria de Lourdes Cordeiro Almada, José Maria Fidalgo de Barros, Maria de Fátima Almada e Venceslau António da Cruz — nomeados, respectivamente, aspirante, escrivão de 1.ª classe, escriturária de 3.ª classe e condutor, interinos, da Empresa Pública de Abastecimento, indo ocupar os lugares criados pelo Decreto-Lei n.º 7-G/75.

Os encargos têm cabimento no orçamento privativo da EMPA.

Por diplomas de provimento de 28 de Janeiro de 1976, visados pelo Conselho Nacional de Justiça, em 10 de Março do mesmo ano:

Manuel da Graça Filomeno Fonseca Ramos Évora e João de Brito Furtado Rodrigues Pereira — nomeados aspirantes interinos do quadro do pessoal privativo dos TACV, por despacho do camarada Ministro de Transportes e Comunicações de 26 de Janeiro do corrente ano.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º artigo 1.º, n.º 2 do orçamento privativo dos TACV.

Por diploma de provimento de 9 de Fevereiro de 1976, visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 10 de Março do corrente ano:

Hedgard Constantino Sousa Rodrigues — nomeado técnico electricista interino da Empresa Pública de Abastecimento por despacho de 16 de Janeiro de 1976 do camarada Ministro de Economia, na vaga da exoneração concedida ao electricista, José Alfredo Rodrigues.

O encargo tem cabimento no orçamento privativo da EMPA.

(Os emolumentos do «vistos» e de secretaria serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhes).

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 11 de Março de 1976. — O Director, *João de Deus Maximiano*.

## Administração da Imprensa Nacional

### RECTIFICAÇÃO

No sumário do *Boletim Oficial* n.º 10 da presente série, e no tocante aos Decreto-Lei e Decreto insertos no aludido B. O. lê-se:

«Decreto-Lei n.º 20/75» e «Decreto n.º 21/75» quando deve ler-se «Decreto-Lei n.º 20/76» e «Decreto n.º 21/76».

Administração da Imprensa Nacional, na Praia, 12 de Março de 1976. — O Administrador, *Arnaldo Barreto Monteiro*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

### Comando do Corpo da Polícia de Ordem Pública

Despacho do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 4 de Março de 1976:

António Mendes, guarda de 2.ª classe n.º 68/235, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sua sessão de 12 de Fevereiro deste ano:

«O examinado sofre de doença que o torna incapaz de continuar a trabalhar».

Comando da Polícia de Ordem Pública, na Praia, 11 de Março de 1976. — Pelo Comandante, *Miranda Alfama*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

### Repartição de Gabinete

Despacho do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 20 de Fevereiro de 1976:

Corpos Gerentes do Clube Sportivo Mindelense para o ano de 1976:

Assembleia Geral:

Presidente — Ricardino Vasconcelos, industrial;  
Secretário — Carlos Quintino da Luz, funcionário público.

Direcção:

Presidente — Custavo Silva d'Albuquerque Fernandes, funcionário público;

Secretário — Pedro Brito Figueira, empregado bancário;

Tesoureiro — João Baptista Vasconcelos, empregado comercial;

1.º Vogal — Manuel da Luz Lopes Gomes, empregado público;

2.º Vogal — Nuno Vasconcelos, empregado comercial.

Conselho Fiscal:

Claúdio Vicente Freixas, industrial;  
Avelino Andrade, funcionário público;  
Francisco Lopes, funcionário público.

Director de jogos:

Rito Melo, funcionário público.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, na Praia, 9 de Março de 1976. — O chefe de Gabinete, *Júlio Nascimento Teixeira*.

### Direcção Nacional de Educação

Despacho do Camarada Ministro:

De 17 de Fevereiro de 1976:

Quinto movimento do pessoal docente

Concelho da Praia:

1 — Cira Semedo Carvalho, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 234, de Achada Eugénio Lima;

- 2 — Maria Marina dos Reis Júnior Barbosa, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 154, de Chaminé;
- 3 — Filomeno Tavares de Pina Araújo, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 92, de Fontes;
- 4 — Hirondina dos Santos Carvalho, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 159, de Praia Formosa;
- 5 — Maria Helena dos Santos Lopes, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 93, de Rui Vaz, autorizada a não iniciar funções;
- 6 — Maria Tomásia Rodrigues da Silva, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 93, de Rui Vaz;
- 7 — José André Silva, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 119, de Dacabalaio;
- 3 — Rose Mary Dias Teixeira, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 189, da Praia.

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Maria Teresa Barbosa Vicente, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 22 de Achada Lém — mandada leccionar no Posto Escolar n.º 23 de Chã de Tanque;
- 2 — Ercília Mendes de Brito, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 97, de Achada Falcão — mandada leccionar no Posto Escolar n.º 74 de Ribeirão Manuel;
- 3 — Deolinda Mendes, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 222 de Chacha, do concelho do Tarrafal — mandada leccionar no Posto Escolar n.º 121 de Covão Grande;
- 4 — José Manuel Mendes, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 222 de Chacha, concelho do Tarrafal — mandado leccionar no Posto Escolar n.º 73 de Figueira das Naus;
- 5 — Dulce Gomes Tavares, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 70, da vila de Assomada.

Concelho do Tarrafal:

- 1 — Filomena Celeste Mendes Semedo, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 222 de Chacha — autorizada a não iniciar funções;
- 2 — Mateus Moeda Costa, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 222 de Chacha — mandado leccionar no Posto Escolar n.º 53 de Chão Bom;
- 3 — António Rocha, admitido como monitor escolar, para leccionar no Posto Escolar n.º 170 de Garçote;
- 4 — Filipa da Costa Mendes, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 107, de Mato Brasil;
- 5 — Genoveva Soares de Almeida, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 173 de Cutelo Gomes;

- 6 — José Mário de Sousa, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 169 de Achada do Meio.

Concelho de Santa Cruz:

- 1 — Francisco António Vieira Gonçalves, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 19 de Mercado dos Órgãos — mandado leccionar no Posto Escolar n.º 18 de Órgãos Pequenos;
- 2 — Celina Pereira Bastos, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 148, de Fundura;

Concelho do Fogo:

- 1 — Angelina Santos Almeida, monitora escolar — admitida para leccionar no Posto Escolar n.º 115, de Galinheiro;
- 2 — Lerenó Gomes, monitor escolar — admitido para leccionar no Posto Escolar n.º 182 de Ribeira Filipe;
- 3 — Marcelina Inácio da Silveira, monitora escolar com colocação no Posto Escolar n.º 182 de Ribeira Filipe — dispensada das referidas funções, a seu pedido.

Concelho da Brava:

- 1 — Maria Rosa Monteiro Fortes, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 188, de Furna.

Concelho do Paúl:

- 1 — José Maria Fernandes de Pina, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 121-B de Figueiral.

Concelho do Porto Novo:

- 1 — Maturina Maria Costa, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 5-B, da vila.

Concelho de S. Nicolau:

- 1 — Leonela Maria Cândido Ferreira de Brito Santos Silva, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 31-B, de Cachaço;
- 2 — João do Rosário Santos Lopes, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 88-B de Estância de Brás;
- 3 — Deolinda de Jesus Ramos, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 113-B, de Cabeçalinho;
- 4 — Alexandrino José Vaz, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 89-B, de Urzeleiros.

Direcção Nacional de Educação, na Praia, 19 de Fevereiro de 1976. — Pelo Chefe do Departamento do Ensino Primário, Maria de Fátima Rita Lopes, subdirectora escolar interina.

— o s o —

## MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Transportes Aéreos de Cabo Verde

Despacho do Director dos Serviços de Saúde, por delegação do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 1 de Março de 1976:

Homologar o seguinte parecer emitido pela Junta de Saúde deste Estado, em sua sessão de 26 de Fevereiro do corrente ano, respeitante a Rui Hamilton Pinto Barbosa

Bastos, filho menor do Preparador de 2.ª classe, contratado, dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, António José Alderico da Silva Bastos:

«O Examinado deve seguir com urgência para o exterior a fim de frequentar consulta externa de otorrinolaringologia por se encontrarem esgotados os meios locais de diagnóstico e tratamento. Deve ser acompanhado da mãe dado a sua menor idade».

Transportes Aéreos de Cabo Verde, na Praia, 9 de Março de 1976. — O Director, *Anastácio Filinto Correia e Silva*.

—o—

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Direcção Nacional de Finanças

Despacho do camarada Ministro das Finanças:

De 24 de Fevereiro de 1976:

*Simplicio Tavares Varela*, aspirante provisório da Direcção Nacional de Finanças — exonerado, a seu pedido, das referidas funções, a partir da data em que tomar posse do cargo de professor do Curso de Habilitação de Professores de Posto Escolar.

Direcção Nacional de Finanças, na Praia, 9 de Março de 1976. — O Director Nacional, *Eurico Pinto Monteiro*.

—o—

## MINISTERIO DE SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

### Repartição de Gabinete

#### RECTIFICAÇÃO

No despacho acerca da transição do pessoal da Provedoria de Assistência Pública, publicado no *Boletim Oficial* n.º 10, de 6 do corrente, onde se lê:

«*Rosa Perpétua Antunes Gomes Pimenta Lima* — Monitora de Infância — Y»

deve-se ler:

«*Rosa Perpétua Antunes Gomes Pimenta Lima* — Monitora de Infância — V»

Ministério de Saúde e Assuntos Sociais, na Praia, 11 de Março de 1976. — O Chefe da Repartição de Gabinete, *Félix Gomes Monteiro*.

### Direcção Nacional de Saúde

Despachos do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 5 de Março de 1976:

*Conceição Maria Fortes*, auxiliar social da Direcção Nacional dos Assuntos Sociais — transferida por conveniência de serviço para a Direcção Regional dos Assuntos Sociais de Barlavento em S. Vicente.

De 6:

*Dr. Arsénio Daniel Firmino de Pina*, médico de 1.ª classe da Direcção Nacional de Saúde — transferido por conveniência de serviço para o Hospital de S. Vicente.

Direcção Nacional de Saúde, na Praia, 9 de Março de 1976. — O Director Nacional de Saúde, *João de Deus Lisboa Ramos*, médico de 1.ª classe.

## CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

### BANCO DE CABO VERDE

#### Inspeção do Comércio Bancário

##### Notas e Moedas Estrangeiras

B. D. I. de 20-1-1976

6/76

Notas		Compra	Venda
Africa do Sul ... ..	Rand	25\$01	30\$71
Alemanha... ..	Marco	10\$24	11\$32
América 1 e 2... ..	Dólares	26\$20	28\$89
América 5 a 1000 ...	Dólares	26\$69	29\$40
Argentina... ..	Peso Novo	—\$—	—\$—
Austria ... ..	Xelim	1\$42	1\$57
Bélgica... ..	Franco	\$668	\$737
Brasil... ..	Cruz. Novo	—\$—	—\$—
Canadá ... ..	Dólar	25\$95	28\$64
Dinamarca... ..	Coroa	4\$33	4\$80
Espanha ... ..	Peseta	\$439	\$552
França... ..	Franco	5\$95	6\$62
Holanda ... ..	Florim	9\$94	10\$91
Inglaterra... ..	Libra	54\$07	59\$49
Itália... ..	Lira	\$035	\$047
Marrucos ... ..	Dirham	—\$—	—\$—
Noruega ... ..	Coroa	4\$77	5\$31
Suécia... ..	Coroa	6\$10	6\$77
Suiça ... ..	Franco	10\$24	11\$32
Finlândia ... ..	Markka	6\$94	7\$63
Japão... ..	Iene	\$078	\$12
C. F. A. ... ..	Franco	\$11	\$15

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 29 de Janeiro de 1976. — Pelo inspector, *Luís Alves de Andrade*.

#### Cotações de câmbios em 21-1-1976

B. D. I. de 13-1-1976

6/76

Praças	Unidades	Compra	Venda
Londres ... ..	1 Libra	55\$22	56\$35
New York ... ..	1 Dólar	27\$26	27\$78
Amesterdão ... ..	100 Florins	1 017\$66	1 036\$93
Bruxelas ... ..	100 Francos	69\$34	70\$62
Copenhague ... ..	100 Coroa	441\$99	450\$13
Estocolmo ... ..	100 Coroa	621\$13	632\$50
Frankfort R. F. A. ...	100 Deut Mark	1 045\$30	1 063\$92
Helsínquia ... ..	100 Markkas	709\$69	722\$75
Oslo ... ..	100 Coroa	489\$56	498\$76
Otava... ..	1 Dólar	26\$88	27\$38
Paris ... ..	100 Francos	609\$19	620\$38
Pretória ... ..	1 Rand	31\$27	31\$91
Roma ... ..	100 Liras	3\$9872	4\$0673
Tóquio ... ..	100 Iene	8\$9067	9\$0825
Viena ... ..	100 Xelins	147\$98	150\$60
Zurique ... ..	100 Francos	1 044\$82	1 062\$32
Madrid ... ..	100 Pesetas	46\$22	47\$11
«Clearings»:			
Berlim (Rep. Dem. A.)	1 Mark	—\$—	—\$—
Budapeste ... ..	100 Forint	—\$—	—\$—
Praga ... ..	100 Coroa	—\$—	—\$—

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 29 de Janeiro de 1976. — Pelo inspector, *Luís Alves de Andrade*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas

Rendimentos aduaneiros

Mês de Novembro de 1975

Designação dos rendimentos	Cobrança				Duodécimos já decorridos	Previsão para 11 meses	Diferença em relação a previsão	
	1972	1973	1974	1975			Para mais	Para menos
Direitos de importação .. Nacional ou nacionalizada ..	1 479 656\$10	1 826 063\$40	1 642 692\$50	1 855 715\$80	—\$	—\$	—\$	—\$
.. Estrangeira .. .. .	2 669 671\$40	2 826 306\$80	2 297 400\$20	3 531 474\$70	47 339 693\$60	36 666 666\$30	10 673 027\$30	—\$
Direitos de exportação .. Para portos nacionais ..	42 270\$90	153 724\$20	199 259\$20	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
.. Para portos estrangeiros ..	18 988\$10	10 945\$40	14 171\$10	7 200\$00	214 527\$20	595 832\$60	—\$	381 305\$40
Taxa especial de armazenagem de combustíveis ..	561 984\$00	453 035\$50	315 015\$50	193 852\$00	1 399 057\$50	2 750 000\$00	—\$	1 350 942\$50
Imposto do selo .. .. .	115 134\$90	118 967\$00	108 124\$90	84 823\$60	1 163 697\$00	4 216 666\$30	—\$	3 052 960\$30
Imposto de consumo de tabaco manipulado ..	110 118\$80	108 494\$60	155 666\$40	63 357\$40	1 997 336\$60	870 832\$60	1 126 504\$00	—\$
Imp. de consumo de gasolina e óleos comb. D. L. 1 666 ..	186 050\$30	149 586\$00	166 579\$00	92 308\$00	1 355 794\$40	1 466 666\$30	—\$	110 871\$90
Imposto de consumo D. L. 1 632 .. .. .	1 701 354\$10	2 081 582\$30	2 218 637\$80	5 485 859\$40	48 094 917\$00	16 500 000\$00	31 594 917\$00	—\$
Imposto de tonelagem .. .. .	17 706\$50	22 402\$10	21 303\$00	12 912\$70	213 621\$30	201 666\$30	11 955\$00	—\$
Receitas eventuais e não especificadas .. .. .	107 101\$10	161 847\$90	171 446\$95	146 126\$70	1 856 521\$90	2 291 666\$30	—\$	435 144\$40
Armazenagens e outras receitas .. .. .	112 533\$70	138 037\$60	138 136\$70	90 183\$00	1 064 211\$40	1 008 332\$60	55 878\$80	—\$
Taxas do tráfego aduaneiro .. .. .	321 492\$30	429 858\$70	249 175\$50	140 755\$00	1 650 048\$20	2 841 666\$30	—\$	1 191 618\$10
Emolumentos gerais aduaneiros .. .. .	1 626 150\$60	2 167 005\$30	3 472 637\$60	2 853 083\$60	36 776 799\$25	15 583 332\$60	21 193 466\$65	—\$
Emolumentos sanitários .. .. .	1 759\$90	3 076\$00	2 016\$40	1 404\$10	16 158\$90	45 832\$60	—\$	29 673\$70
Emolumentos pessoais do quadro técnico e auxiliar ..	158 767\$00	167 017\$00	164 083\$00	145 581\$00	1 707 493\$50	1 604 166\$30	103 327\$20	—\$
Emolumentos pessoais do quadro do tráfego e outros ..	98 921\$00	109 698\$10	134 057\$10	76 170\$10	1 208 782\$50	1 111 916\$30	96 866\$20	—\$
Multas e compart. em receitas provenientes do C.A.U.	29 484\$70	5 818\$30	3 925\$20	4 791\$70	80 263\$20	119 166\$30	—\$	38 903\$10
Rendimento do selo de Assistência .. .. .	39 640\$50	41 417\$00	40 505\$70	38 653\$00	401 863\$40	1 274 166\$30	—\$	872 302\$90
Fundo de aperfeiçoamento e perfeição do tabaco ..	146 401\$10	27 621\$30	26 090\$80	41 661\$00	1 348 337\$70	1 191 666\$30	156 671\$40	—\$
5 % sobre especialidades farmacêuticas .. .. .	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Multas diversas .. .. .	27 508\$90	5 983\$00	1 950\$00	4 694\$70	76 109\$80	458 332\$60	—\$	382 222\$80
Rendimento sobre pilotagem .. .. .	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Imposto de aguardente .. .. .	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
Imposto de comércio marítimo .. .. .	46\$70	—\$	—\$	—\$	—\$	91\$30	—\$	91\$30
<b>Soma .. .. .</b>	<b>9 572 742\$60</b>	<b>11 008 487\$50</b>	<b>11 542 421\$55</b>	<b>14 870 607\$50</b>	<b>147 965 234\$35</b>	<b>90 798 666\$20</b>	<b>65 012 613\$55</b>	<b>7 846 045\$40</b>

Direcção-Geral das Alfândegas, na Praia, 2 de Janeiro de 1976. — O Director-Geral, **Arnaldo Carlos V. França**. — O chefe da 2.ª Secção, **Ramiro Barbosa Vicente**. — O encarregado do Serviço, **José António M. Freitas**.

## ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Tribunal Regional de Sotavento

CARTÓRIO NOTARIAL SUB-REGIONAL PRINCIPAL  
DE SANTA CATARINA

## CERTIDÃO NARRATIVA

*Domingos Lopes Pereira*, Notário da Sub-Região Principal de Santa Catarina.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e dois de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e seis, lavrada neste Cartório e exarada de folhas seis, verso a sete, no livro de notas para escrituras diversas, número um, os senhores Cipriano Sanches Correia, casado, residente nesta Vila de Assomada, e Francisca Mendes Duarte, viúva, também residente nesta Vila de Assomada, constituíram, entre si, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regulará nos termos constantes nos artigos seguintes:

*Primeiro* — A sociedade adopta a denominação «NHA SANTANA» e tem a sua sede nesta Vila de Assomada da Freguesia e Concelho de Santa Catarina.

*Segundo* — A sua duração é por tempo indeterminado, tendo sido iniciada a sua actividade, desde um de Janeiro do corrente ano.

*Terceiro* — O objecto da sociedade é o comércio de bebidas e fornecimento de alimentação ao público, podendo, no entanto, dedicar-se ao exercício de qualquer outro ramo de comércio ou indústria que os sócios acordem e que não seja proibido por lei.

*Quarto* — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cem mil escudos e foi subscrito pelos sócios, com uma quota cada um, do valor nominal de cinquenta mil escudos.

Está conforme.

Cartório Notarial da Sub-Região Principal de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e seis. — O Notário, *Domingos Lopes Pereira*.

## CONTA :

Art. 18.º ... ..	25\$00
Art. 18.º n.º 2 ... ..	10\$00
C. G. J. ... ..	4\$00
Selo ... ..	10\$00 = 49\$00

(São quarenta e nove escudos). Reg. n.º 7/76.

(16)

## REGIÃO DE BARLAVENTO

## ANÚNCIO

Isabel Ana Brito, de 48 anos de idade, solteira, doméstica, natural desta Ilha de S. Vicente onde reside, autorizada a usar o nome de Elisabeth Ana Brito, por despacho do camarada Ministro da Justiça, de 2 de Janeiro do corrente ano.

O Conservador, *João Henrique Oliveira Barros*.

(17)

CAVIBEL — Indústria de Bebidas  
de Cabo Verde, L.d.ª

## CONVOCATÓRIA

Convoca-se à Assembleia Geral Extraordinária da CAVIBEL — Indústria de Bebidas de Cabo Verde, L.da, para ter lugar no dia 16 de Abril de 1976, pelas 15 horas, na Sede Social, sítio de Tira-Chapéu, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Deliberar sobre o aumento do capital social de 700 000\$ para 3 000 000\$, com entrada de novos sócios.

CAVIBEL — Indústria de Bebidas de Cabo Verde, L.da, na Praia, 13 de Março de 1976. — A Gerência, *José Pedro Tapada*.

(18)

## MOAVE, Moagem de Cabo Verde, S. A. R. L.

## ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos, convoco os senhores accionistas para se reunirem em assembleia-geral ordinária, no dia 31 de Março de 1976, pelas dezoito horas, nos escritórios das instalações da empresa, na Avenida Amílcar Cabral, cidade do Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração e o parecer do

Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1975.

Mindelo, 5 de Março de 1976. — O Presidente da Mesa de Assembleia Geral, *José Duarte Fonseca*.

(Segue-se o reconhecimento).

(19)

## Companhia da Pozolana de Cabo Verde, S. A. R. L.

Capital Social: 15 000 000\$00

Séde: Porto Novo — Ilha de Santo Antão — Cabo Verde

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco os Senhores Accionistas a reunirem-se no dia 23 de Março, pelas 11,30 horas, nos escritórios da Companhia, na Rua Meusinho da Silveira, n.º 32-6.º andar, em Lisboa, em Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte ordem do dia:

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Balanço, Contas e o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1975.

2.º — Proceder ao preenchimento dos lugares que se encontrem vagos nos corpos sociais.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Fernando Mendes Leal*.

(Segue-se o reconhecimento).

(20)